



Polo Industrial JK - Brasília - DF



ANOVIS - Taboão da Serra - SP



Pouso Alegre - MG



Embu Guaçu - SP

Relatório da Administração

Prezados Acionistas e demais interessados

2014 foi mais um ano de importantes avanços para a União Química Farmacêutica Nacional S.A., e não apenas em termos de resultados financeiros e das vendas, mas também no que tange o processo de aprimoramento de seu modelo de governança, que vem se consolidando ao longo dos últimos três anos, fruto do planejamento estratégico eficiente, intenso trabalho e investimentos significativos. A promoção desta gestão competitiva, focada em resultados e que busca o aproveitamento de múltiplas oportunidades nos diversos segmentos do mercado farmacêutico e também em áreas de atuação com sinergia em relação ao nosso negócio principal, se reflete no crescimento expressivo da empresa, um crescimento contínuo, consistente e sustentável, registrado ano após ano. No último ano, a Receita Bruta da Companhia atingiu R\$ 851,3 milhões, com crescimento de 21,4% em relação a 2013. A melhor notícia é que o crescimento da União Química vem acompanhado de um incremento de 156,8% no Lucro Líquido da empresa, que atingiu R\$ 109,4 milhões. O EBITDA de 2014 apresentou evolução de 58,4%, alcançando R\$ 141 milhões, o que corresponde a 20% da Receita Líquida. Para atender a este vigoroso crescimento, a empresa contratou mais 379 novos colaboradores, o que representou um aumento em 16% seu quadro de funcionários diretos em 2014, totalizando 2.812 colaboradores.

Projetos Consolidados

Em linha com seu plano de expansão e crescimento sustentado, em 2014 a União Química efetivou projetos de especial importância para o presente e futuro da Companhia. São projetos que passam pelo investimento em novos negócios e produtos, em novas unidades, em uma estrutura diferenciada em termos logísticos e à implantação de ferramentas tecnológicas de última geração. Neste cenário, um dos principais marcos foi a efetivação de um novo modelo de negócio a partir do qual a União Química adquiriu as instalações do complexo industrial da Novartis em Taboão da Serra, SP, com área de 408,7 mil m², e área construída de 57 mil m², constituindo uma nova empresa subsidiária denominada Anovis Industrial Farmacêutica Ltda, tornando-se responsável pela produção e pelo fornecimento dos medicamentos para a multinacional suíça, que, por sua vez, se encarrega do armazenamento e distribuição, mantendo-se como responsável pelos registros desses produtos. A nova unidade também veio atender a necessidade de produção de medicamentos da própria União Química, cujo crescimento acima dos 20% ao ano, necessitava aumentar sua área produtiva. A União Química iniciou os investimentos que devem atingir R\$ 100 milhões na instalação de uma linha de produção flexível na fábrica de biofarmacos da Bthek, adquirida em 2012. Este investimento faz parte do esforço da empresa para expandir o portfólio e entrar no mercado de biológicos. A nova linha será fabricada pela General Electric Corporation e vai custar cerca de R\$ 30 milhões. Os outros R\$ 70 milhões de investimento serão direcionados para ações como transferência de tecnologia e estruturação para atendimento das necessidades da produção daquela unidade. Também merece destaque a estruturação de um novo Centro de Distribuição localizado na cidade de Extrema, em Minas Gerais. O novo CD veio unificar toda a operação de distribuição de produtos da empresa, considerada absolutamente estratégica, viabilizando não apenas a estocagem adequada dos nossos produtos, mas também melhorar o prazo de entrega dos produtos para os nossos clientes. Alinhado ao crescimento da empresa, o Centro Administrativo de São Paulo ganhou nova sede, localizada na Cidade Jardim Corporate Center, um dos mais modernos centros empresariais do Brasil, oferecendo aos colaboradores, clientes e fornecedores, instalações mais modernas, amplas e confortáveis. Ao longo de 2014, a União Química aumentou sua capacidade produtiva em 23%, mantendo investimentos significativos em equipamentos e melhoria dos seus processos em todas as Unidades de Produção. Sempre atenta às necessidades do mercado, efetuiu o lançamento de 20 novos produtos e apresentações em 2014, redirecionando sua atuação junto a canais de venda, ampliou seu market share, seguiu investindo no estabelecimento de novas parcerias e, principalmente, em pesquisas de ponta no desenvolvimento de novos medicamentos. Toda esta movimentação manteve o posicionamento da União Química entre as dez maiores da indústria farmacêutica no Brasil, criando as condições necessárias para suportar o agressivo plano de crescimento da empresa. É, portanto, com grande satisfação, que a Administração da União Química Farmacêutica Nacional S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta para análise e apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas com o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

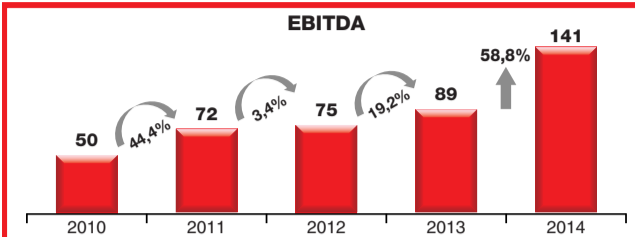
Conjuntura de Mercado

O setor farmacêutico registrou mais uma vez desempenho positivo em 2014, com crescimento nominal de vendas em 13,34%. A indústria farmacêutica faturou no período cerca de R\$ 66 bilhões – considerando-se o Preço Fábrica cheio, sem descontos e com três bilhões de embalagens vendidas, apesar da desaceleração da economia brasileira como um todo. Este resultado se mantém acima, inclusive, do desempenho de mercados desenvolvidos, preservando a sexta posição do Brasil no ranking mundial do mercado farmacêutico. Dado a complexidade e competitividade do mercado farmacêutico, onde desafios comuns ao mundo corporativo, como a busca contínua da excelência de produtos e processos, atendimento às exigências dos órgãos de controle sanitário, agilidade e efetividade na distribuição e no atendimento aos clientes, assim como a redução dos custos, ganham dimensões ainda maiores. O resultado financeiro da União Química supera o crescimento registrado pelo mercado farmacêutico brasileiro no período e ultrapassa, inclusive, a meta estabelecida no seu Planejamento Estratégico, que, a partir de 2014 redefiniu o crescimento médio para 21% ao ano até 2018, considerando justamente os resultados positivos do balanço da empresa nos últimos anos até 2013.

Resultados Econômico-Financeiros

O resultado financeiro da União Química vem apresentando melhora a cada ano. A Receita Bruta em 2014, no montante de R\$ 851,3 milhões, foi superior em 21,4% se comparado ao ano anterior; com os custos fixos e variáveis menores.

A seguir, demonstramos a evolução da Receita Bruta e da Capacidade de Geração de Caixa medido pelo EBITDA:



O controle para redução do ciclo financeiro e da geração de caixa líquido foram os principais focos de atenção da área financeira durante o ano, bem como a busca incessante pela redução de custos, pelo controle dos tributos pagos, o atendimento dos recursos financeiros para atender os objetivos estratégicos e atualização tecnológica em todas as áreas, fizeram com que a Companhia ficasse cada vez mais sólida financeiramente sem perder as oportunidades de negócio.

Desempenho Operacional: O complexo industrial da União Química é composto por quatro unidades responsáveis pela produção de medicamentos, que somam 678,7 mil m² de terreno, com um total de 117 mil m² de área construída. As fábricas que atendem a Divisão de Saúde Humana, estão localizadas em Brasília (DF), Pouso Alegre (MG) e Taboão da Serra (SP) e, a unidade de Embu Guaçu (SP) é exclusivamente dedicada à produção de medicamentos para a Divisão de Saúde Animal. A este parque soma-se a Bthek Biotecnologia, empresa adquirida em 2012 pela União Química, com sede no Distrito Federal, voltada à produção de inseticidas biológicos, que não são nocivos ao meio ambiente, às pessoas e aos animais. Esta unidade está expandindo e diversificando o portfólio para entrar no mercado de medicamentos biológicos. A empresa conta ainda com uma unidade gráfica localizada em Taboão da Serra (SP), destinada exclusivamente à produção de buchas, cartuchos e materiais promocionais de uso próprio. A unidade de Brasília possui 824 funcionários e é dedicada à produção de sólidos orais (pós, comprimidos, comprimidos revestidos e drágeas), líquidos orais (xaropes e suspensões), gotas (orais e soluções de uso tópico) e semissólidos (cremes, pomadas e géis). A capacidade instalada é de 18 milhões de unidades de venda/mês. Pouso Alegre consiste em uma das maiores e mais modernas plantas de produção de medicamentos para uso humano em funcionamento no país, tendo uma capacidade instalada de produção de 3,6 bilhões de comprimidos hormonais e mais de 180 milhões de ampolas anualmente. Conta com 850 funcionários. A nova unidade de Taboão da Serra (Anovis) possui 450 funcionários e é dedicada à produção de medicamentos sólidos orais (pós, comprimidos, comprimidos revestidos e drágeas), líquidos orais, gotas e spray nasal. A capacidade instalada da fábrica é de 8,9 milhões de unidades/mês. A unidade de Embu Guaçu/SP é dedicada exclusivamente a medicamentos de uso veterinário, produzindo formas farmacêuticas injetáveis hormonais, penicilinas injetáveis, parenterais de pequeno e grande volume, sólidos, semissólidos orais e tópicos, líquidos orais e tópicos. Contando com uma equipe composta por 345 funcionários, a capacidade instalada de Embu-Guaçu é de 2 milhões de unidades de venda embaladas/mês. As Unidades Industriais da União Química seguiram batendo recordes de produção de medicamentos específicos em 2014, assim como deram andamento a vários projetos de ampliação de áreas e implantação de novas linhas de produtos e medicamentos em diversas classes terapêuticas. Os investimentos na área produtiva estiveram direcionados, principalmente, à modernização e automação, desenvolvimento tecnológico e logístico, além da diversificação e ampliação do parque fabril, de forma a atender com excelência as normas nacionais e internacionais de produção de medicamentos e o crescimento orgânico da Companhia.

Saúde Humana e Saúde Animal: A União Química está estruturada em dois segmentos de negócios: SAÚDE HUMANA, composta por seis unidades de negócio: Hospitalar, Órgãos Públicos, Andromed (MIPs), Farma, Genéricos, Propaganda Médica (Genom Oftalmologia, Genom DOR/Sistema Nervoso Central e Genom Ginecologia e Obstetrícia), e SAÚDE ANIMAL, formada pelas linhas de Grandes Animais e PET. Em 2014, as Unidades de Negócio seguiram implementando ações com o objetivo de tornarem-se mais competitivas, respondendo com mais agilidade às demandas do mercado e investindo, inclusive, em novos canais de vendas.

Saúde Humana – Hospitalar/Órgãos Públicos: A Divisão Hospitalar continua sendo a de maior representatividade na Companhia e é responsável por comercializar produtos nos canais privados (hospitais e distribuidores hospitalares) e Órgãos Públicos, onde vem tendo uma expressiva participação nesse mercado. Está estruturada nas seguintes linhas: Analgésico, Anestésico, Antibiótico, Antiinflamatório, Corticóide, Estomatológicos e Antiespasmodicos, Sistema Nervoso Central, Maternidade e Sistema Cardiológico.

Genom – Propaganda Médica: A União Química atua nesta divisão com a marca GENOM, já consolidada no segmento Oftalmológico e em crescimento contínuo nas áreas de Sistema Nervoso Central e Dor, Ginecologia e Obstetrícia. Conta com um time formado por 186 propagandistas, que realizam cerca de 44 mil visitas por mês junto a um painel de mais de 33 mil médicos. Ao longo de 2014, Genom consolidou a reestruturação interna de suas áreas de negócios, mais especificamente comercial, marketing e demanda, e reorganizou seu portfólio de produtos com foco em rentabilidade e margem incluindo o reposicionamento dos produtos das linhas Dor e Ginecologia. Como principais resultados em 2014 estão 39% de evolução em volume de RX no mercado de oftalmologia, em comparação ao período anterior, e penetração de 1 pp em market share, o maior crescimento observado no segmento.

Farma, Genéricos e Andromed: As Linhas Farma, Genérico e Andromed contaram com um time de 33 colaboradores e 300 representantes comerciais distribuídos por todo o território nacional, utilizando uma rede de 50 Operadores Logísticos parceiros. São aproximadamente 40 mil pontos de venda visitados pela equipe direta União Química (gerentes, representantes e trade) em todo o País.

Saúde Animal – AGENER: A Divisão Agener União Saúde Animal está posicionada entre as dez maiores do segmento farmacêutico veterinário e registrou crescimento de 16% em relação a 2013. A Divisão possui duas linhas de negócios: Animais de Produção e Animais de Companhia (Pet).

Linhas Animais de Produção: A linha de Animais de Produção possui um portfólio completo de produtos para sanidade e reprodução animal, garantindo uma produção pecuária sustentável. Entre os produtos, destaque para a Linha Tecopac, que consiste em uma linha de produtos de biotecnologia de reprodução que ano a ano vem se destacando cada vez mais no setor de bovinocultura. Contando com uma equipe técnico/comercial constituída por médicos veterinários, a Agener União está presente em todas as partes do território nacional.

Linha Pet – Animais de Companhia: A linha PET continua registrando crescimento acima das médias de mercado, impulsionada pelo próprio aquecimento deste segmento – aproximadamente 50% dos lares brasileiros convivem com algum animal de companhia. O mais importante neste cenário é que Agener União está devidamente estruturada para atender esta demanda e conquistar cada vez mais share. É a empresa com maior portfólio de produtos para cães e gatos do mercado. Além de cuidar da saúde animal, oferece produtos de higiene – estruturado por classes terapêuticas: Linha Cardio, Linha Equilíbrio, Especialidades, Linha Dor, Anestésicos, Antiparasitários, Antifúngicos, Dermatólogicos. É a única do segmento que trabalha com uma equipe de propagandistas veterinários, desenvolvendo um trabalho inovador e único de visitação médica, criando demanda para os pontos de venda. Mensalmente, são visitados mais de 3 mil veterinários e a Divisão está trabalhando com a estratégia de interiorização do País.

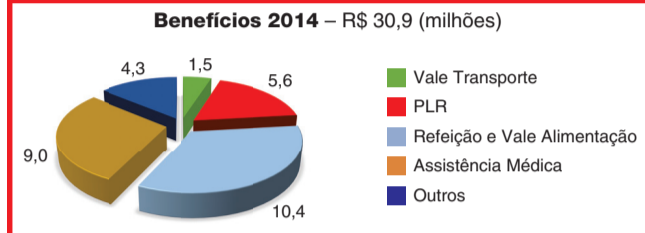
Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação: A União Química tem trabalhado fortemente na inovação do seu portfólio, mantendo foco no lançamento de produtos com maior valor agregado e que gerem mais rentabilidade. Também tem investido em estratégias voltadas à expansão de suas vendas em mercados menos concentrados e na maior aproximação com os diversos segmentos nos quais atua, considerando-se tanto o mercado farmacêutico humano como o veterinário. Os lançamentos são fruto do desenvolvimento da área de P&D da União Química, muitos dos quais em parceria com Universidades e Institutos de Pesquisa ou em associação com outras indústrias farmacêuticas. Também é resultado de contratos de parcerias com grandes laboratórios internacionais para comercialização de produtos consagrados e com grande aceitação pela classe médica. Os investimentos contínuos da União Química na melhoria dos seus processos, além de crescimento renderam outros frutos importantes em 2014. Destaque para os resultados positivos das validações de produtos realizadas pela Anvisa em nossas Unidades Industriais, sem qualquer registro de não-conformidade, o que atesta a qualidade do processo de produção de medicamentos praticado na empresa. Com isso, foi cumprida a legislação vigente, segundo a qual, todos os produtos similares comercializados no Brasil devem obrigatoriamente possuir validação que comprove a sua eficácia da mesma forma que um produto inovador. A Norma passou a valer a partir do ano passado.

Biotecnologia

Dando continuidade ao compromisso de um futuro de inovações, a União Química avança com mais um ano dedicado a Biotecnologia, trabalhando fortemente em várias vertentes na pesquisa e desenvolvimento, no de tratamento de doenças de alto risco (proteínas extraídas de glândulas salivares do carrapato para tratamento de carcinoma) em fase final de estudos pré-clínicos, na plataforma de Angiotensina extraída da enzima para tratamento de hipertensão e pré-ensaios em fase inicial de estudos clínicos, em polipeptídeo com atuação em células neurodegenerativas em fase de desenvolvimento, produtos voltados para saúde animal (hormônio com tecnologia de DNA para aumento de lactação da vaca, dispositivo intravaginal para inseminação) com estudos clínicos previstos para 2015, e também dois novos projetos de alta complexidade em biotecnologia, produção de Proteínas Recombinantes em Sistema de Expressão e Células eucarióticas, com total apoio dos órgãos de fomento, BNDES e FINEP, e continuidade de parcerias com universidades e instituições, como Instituto Butantan, IPT, Universidade UF-MG e Universidade PUC-RS. Um marco importante ocorreu em 2014 para a aquisição da planta Flex Factory (multipropósito). Voltado para o aspecto tecnológico, a União Química buscou por equipamentos e serviços de alta performance, tendo de encontro com o escopo dos nossos projetos de biotecnologia. Poucas empresas no mundo utilizam essa tecnologia e por isso a União Química considera que a escolha por equipamentos que são o estado da arte na área de biotecnologia essencial para trazer através desse projeto inovação para a área de saúde. Com os investimentos e esforços voltados a biotecnologia, a União Química caminha em passos largos rumo a inovação!

Compromisso com as Pessoas

A União Química pratica valores humanos sólidos na interação com suas equipes, adotando uma postura ética e transparente, favorecendo um bom clima de trabalho em todas as suas unidades. Ter colaboradores motivados, reconhecidos e bem informados é uma prioridade da Empresa. Atualmente, a União Química conta com um quadro de colaboradores composto por 2.812 profissionais. Destes total, 379 colaboradores foram contratados em 2014, o que representa 16% de incremento na mão-de-obra em relação a 2013. Além de um bom clima de trabalho, a União Química oferece vários benefícios a seus colaboradores e familiares, justamente por entender que estes também são uma extensão da empresa e influenciando, ainda que indiretamente, no ambiente de trabalho. Destaque para o “Centro de Desenvolvimento Infantil (CDI) União, Vida e Arte”, creche direcionada aos filhos dos colaboradores da Unidade de Brasília, atendendo a 76 crianças de 3 meses a 5 anos e nove meses. Outra iniciativa de grande sucesso são os ambulatórios médico e odontológicos mantidos nas unidades industriais, contando com médico e dentistas e permitem o atendimento ágil e de qualidade aos colaboradores. Nas unidades industriais os colaboradores contam também com ginástica laboral administrada por técnicos em parceria com o SESI.



Sustentabilidade

A União Química vem desenvolvendo uma visão cada vez mais focada no benefício de seus colaboradores e comunidade local sem comprometer os recursos naturais das futuras gerações. Dentro deste princípio, a Companhia desenvolve o Projeto de Sustentabilidade Ambiental, que toma como base o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), focado no cumprimento das legislações pertinentes, na melhoria dos indicadores ambientais, na aplicação de projetos de melhoria contínua e em seguir os padrões de monitoramento e controle das áreas correlacionadas ao meio ambiente, se baseando nos requisitos da Norma NBR ISO 14001. A União Química possui sistemas independentes para o tratamento de efluente industrial e do esgoto sanitário. As Estações de Tratamento de Efluentes Industriais das três unidades fabris da empresa – Distrito Federal, Pouso Alegre e Embu-Guaçu – utilizam a tecnologia denominada lodos ativados, composta por tratamento físico-químico seguido por tratamento biológico. Em particular a unidade do Distrito Federal reutiliza 100% da água de efluente tratado em sua área verde. Em Brasília, as águas pluviais são captadas e enviadas para a lagoa de polimento para que, juntamente com o efluente tratado, possam ser utilizadas na irrigação de áreas verdes da fábrica. O sistema de tratamento de esgoto sanitário adotado nas fábricas da União Química tem programa de auto monitoramento atingindo entre 85 a 95% de remoção de carga orgânica, sendo que o sistema de tratamento do esgoto sanitário atende a NBR 722/93 ABNT. A empresa possui um Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (P.G.R.S.S.), que toma como base a Resolução COMAMA nº 358 de 2005 e a RDC nº 306 de 2004 e atende a política Nacional de Resíduos Sólidos de 2010. Neste procedimento são descritas todas as ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, observando suas características e riscos, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, bem como a proteção à saúde pública e ao meio ambiente. No Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos das fábricas procuram trabalhar dentro da legislação vigente e promovem a logística reversa de boa parte de seus resíduos gerados, além da restituição fiscal sendo trabalhado em conjunto com órgãos fiscalizadores e auditoria interna. Em atendimento a legislações específicas, no que tange as emissões atmosféricas, todos os materiais particulados gerados nos setores produtivos são coletados pelo sistema de exaustão e retidos em filtros que são trocados periodicamente de acordo com procedimentos internos. As caldeiras funcionam com combustível mais limpo, a gás liquefeito de petróleo – GLP, similar ao gás natural. As emissões de gases atmosféricos provenientes de processos de geração de gases seguem as normas de limite de emissão de gases da Resolução Conama nº 382/2006 e 436/2011. São realizadas inspeções periódicas para determinar a concentração de emissão de NOx, a fim de garantir a eficiência das caldeiras em economia de energia e recurso natural, garantindo qualidade na produção de vapor e cuidado especial com o meio ambiente, minimizando impactos em sua produção de gases. As coletas e análises realizadas foram baseadas nas Normas ABNT e CETESB que são metodologias apropriadas e apresentam-se a abaixo do limite estabelecido. A União Química também efetua periodicamente o monitoramento dos níveis de limites sonoros das fábricas com as respectivas áreas circunvizinhas, em atendimento a legislação ambiental. Os resultados de avaliação dos níveis de limites sonoros das fábricas atendem a legislação ambiental. A empresa possui todas as licenças ambientais (nível federal, estadual e municipal) e a sua atividade fim e as respectivas outorgas para captação de água subterrânea. Todas as condicionantes de licença, relatórios e inventários são atendidos dentro do prazo estabelecido. Além de adotar todas as iniciativas necessárias à proteção ambiental, a União Química desenvolve um trabalho de educação permanente junto a seus funcionários voltado à conscientização para a preservação dos recursos naturais e de não poluição, tanto no âmbito profissional como pessoal. Para isso, além de campanhas pontuais, a União Química mantém uma editoria permanente no jornal Conexão, publicação bimestral dirigida aos colaboradores da empresa e familiares, que traz matérias educativas relacionadas a atitudes cotidianas que podem fazer toda a diferença na preservação ambiental. No aspecto social, a União Química apoia programas sociais voltados para o futuro da comunidade, que contribuem para a disseminação de valores educacionais e a melhoria das condições sociais e de saúde, além de promover a inclusão social. A União Química também realiza ações pontuais de caráter social, que incluem a doação de medicamentos para entidades, hospitais, instituições e pessoas carentes.

Gradecimentos
Os resultados positivos obtidos no exercício 2014 e exibidos neste Relatório são fruto do compromisso da União Química com o crescimento sustentável de suas operações. Para isso, após 78 anos desde a sua fundação, a empresa adotou um sistema de gestão mais competitivo, mantendo-se constantemente em rota de aprimoramento e construindo diariamente uma marca de confiança. Nesta trajetória, nossos agradecimentos aos nossos clientes pela credibilidade depositada na marca União Química, aos acionistas por confiarem na estratégia de crescimento da Companhia, aos fornecedores pela parceria demonstrada em nossas relações e, em especial, aos nossos colaboradores pelo comprometimento, excelência no trabalho realizado e incentivo no cumprimento das metas para o exercício de 2014. São Paulo, 11 de março de 2015

Atenciosamente,
A Administração

Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.879	7.434	9.935	7.469
Títulos e valores mobiliários	5	3.256	4.587	3.256	4.587
Contas a receber de clientes	6	223.481	188.404	223.528	188.484
Estoque	7	132.730	110.254	132.996	110.436
Impostos e contribuições a recuperar		7.485	4.287	7.485	4.287
Outras contas a receber	8	9.300	5.203	9.300	5.203
Despesas antecipadas		1.334	3.747	1.334	3.747
		387.465	323.916	387.834	324.213
Não circulante					
Partes relacionadas	9	16.536	13.919	13.431	12.999
Crédito a receber		-	3.584	-	3.584
Impostos diferidos	17,2	2.799	2.231	2.799	2.231
Títulos e valores mobiliários	5	3.577	7.473	3.577	7.473
Impostos a recuperar		3.015	1.949	3.015	1.949
Depósitos judiciais	18	8.189	6.351	8.192	6.351
Despesas antecipadas		1.455	1.455	1.455	1.455
Investimentos	10	3.840	6.517	184	737
Imobilizado	11	252.007	216.860	258.263	223.118
Intangível	12	42.672	48.929	43.459	49.715
		334.089	309.268	334.375	309.612
Total do ativo		721.554	633.184	722.209	633.825

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Circulante					
Fornecedores nacionais	14	28.430	18.642	28.460	18.650
Fornecedores do exterior	14	16.010	13.156	16.010	13.156
Empréstimos e financiamentos	15	69.526	57.773	69.526	58.537
Obrigações trabalhistas e tributárias	16	39.158	32.520	39.181	32.551
IRPJ e contribuição social		-	1.527	2	1.529
Dividendos	19,4	4.385	2.315	4.385	2.315
Outras contas a pagar		3.883	3.283	3.883	3.283
		161.372	129.216	161.427	129.857
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	102.443	100.763	103.043	100.763
Partes relacionadas	9	13.675	19.665	13.675	19.665
Provisão para demandas judiciais	18	12.022	9.567	12.022	9.567
Receita diferida		-	1.036	-	1.036
Obrigações trabalhistas e tributárias	16	19.110	64.737	19.110	64.737
Outras contas a pagar		587	1.232	587	1.232
		147.837	197.000	148.437	197.000
Patrimônio líquido					
Capital social	19,1	198.288	198.288	198.288	198.288
Reserva de capital		1.680	1.680	1.680	1.680
Reserva legal	19,2	9.265	5.736	9.265	5.736
Reserva de lucro		159.784	96.753	159.784	96.753
Reserva de incentivos fiscais	19,3	43.328	4.511	43.328	4.511
		412.345	306.968	412.345	306.968
Total do passivo e patrimônio líquido		721.554	633.184	722.209	633.825

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

Notas	Capital social			Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucro acumulado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
	Capital suscrito	Capital a integralizar	Capital social							
Saldos em 31/12/2012										
Redução de AFAC		198.512	(224)	1.680	3.705	60.477	2.523	-	9.849	276.522
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	42.610	(9.849)	42.610
Destinação do lucro líquido:										
Dividendos	19,4	-	-	-	-	-	(2.315)	-	(2.315)	-
Constituição de reservas		-	-	-	2.031	36.276	1.988	(40.295)	-	-
Saldos em 31/12/2013		198.512	(224)	1.680	5.736	96.753	4.511	-	-	306.968
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	109.401	-	109.401
Destinação do lucro líquido:										
Dividendos	19,4	-	-	-	-	-	(4.024)	-	(4.024)	-
Constituição de reservas		-	-	-	3.529	63.031	38.817	(105.377)	-	-
Saldos em 31/12/2014		198.512	(224)	1						

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

comerciais inerentes às operações da Companhia, não caracterizando uma operação de financiamento. Conseqüentemente, as operações de venda não são avaliadas a valor presente no momento inicial do seu registro. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo faturamento ajustado, quando aplicável, pela provisão para perdas em sua realização. **Estoque:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda, sendo contabilizado quando aplicável, a provisão para perdas decorrentes da data de validade, rejeição pelo controle de qualidade e avarias. **Depósitos judiciais:** Representado por depósitos à vista e em espécie realizados em juízo como lastro a questionamentos passivos que vem sendo discutidos pela Companhia. Periodicamente são avaliados em relação a sua recuperabilidade. **Investimentos controlados em conjunta:** Os investimentos na controlada em conjunto Bionovis S.A. são registrados e avaliados nas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. **Imobilizada:** O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais. A indústria em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, o que requer da administração revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado. Terrenos e edificações compreendem principalmente as fábricas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrada na nota explicativa nº 11. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas líquidos" na demonstração do resultado. **Intangível:** Representado por: (i) **ágio fundamentado no valor das marcas e patentes de Companhia incorporada, não amortizado;** (ii) **patente de aquisição de marcas e patentes de determinados produtos, não amortizado;** (iii) **licenças adquiridas de programas de computadores capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.** Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. **Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)** é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O **ágio de aquisições de controladas** é registrado no balanço individual da controladora como "investimentos" no grupo de investimentos e no balanço consolidado como "Ativo intangível". O **ágio** é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment e testado anualmente, sendo que eventuais perdas por impairment sobre **ágio** não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do **ágio** relacionado com a entidade vendida. O **ágio** é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o **ágio** se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional. As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tenham vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. **Arrendamento Mercantil:** Os arrendamentos mercantis de imobilização não são lançados a Companhia financeira substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financeira, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é representado pela frota de veículos da Companhia usada pelos representantes e funcionários e algumas máquinas e equipamentos, sendo depreciados pelas taxas definidas para o ativo imobilizado correspondente. O respectivo saldo devedor está registrado na rubrica "Empréstimos e financiamentos". Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificadas como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento. **Provisão para recuperação de ativos (impairment):** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o **ágio**, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para a verificação de **impairment**. Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de **impairment** sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por **impairment** é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de **impairment**, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, exceto o **ágio**, que tenham sofrido **impairment**, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do **impairment** na data de apresentação das demonstrações financeiras. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos com taxas subsidiadas, desde que não sejam operações aplicáveis a qualquer empresa, estão ajustados a valor presente, considerando a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo e capitalizadas como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. O prazo médio de pagamento das contas a pagar a fornecedores é de 35 dias, prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes da Companhia, por esse motivo, não foi aplicado qualquer ajuste a valor presente. **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** São calculados com base nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e o custo do valor provável ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída em resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **Contingências e outras provisões:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando a entrada de benefícios econômicos é praticamente certa, ou seja, quando há garantias reais e decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com **êxito** provável são apenas divulgados em nota explicativa; ii) Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas foram avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; iii) Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **Moeda funcional e transações em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação das demonstrações financeiras em moeda estrangeira. As transações em moeda estrangeira são registradas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do exercício. **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, conforme descrito na nota explicativa nº 25. **Participação nos resultados:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados para os funcionários, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Não existem quaisquer outros benefícios para funcionários e dirigentes após sua saída da Companhia.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Fatores de riscos financeiros: As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia segue controle de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos deste controle, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. O controle de gerenciamento de risco da Companhia foi definido pela diretoria. Nos termos deste controle, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. (a) **Risco de mercado:** (i) **Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) **Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. A exposição da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, está relacionada ao empréstimo em moeda estrangeira, equivalente a US\$10.122 mil e €92 mil (2013 – US\$5.019 mil e €248 mil) e importações de matéria-prima e contratações de serviços nos montantes de US\$4.508 mil e €1.251 mil (2013 – US\$3.659 mil), não existindo instrumentos contratados para proteger essa exposição nessas datas. (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado pela Diretoria da Companhia. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, exposições de crédito de contas a receber em aberto e operações com partes relacionadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, comportamento do mercado e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas definidas pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para os clientes são, geralmente, interrompidas quando há evidência de inadimplência. Para os demais clientes com histórico de inadimplências, a administração exige em alguns casos o recebimento antecipado. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplências dessas contrapartes, exceto pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, apresentada na nota explicativa nº 6. (c) **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descumprimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são elaboradas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Tesouraria. **3.2. Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condição com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. A alavancagem financeira é decorrente basicamente das seguintes operações: (i) Operações de leasing financeiro (aquisição e renovação de frota de veículos e máquinas e equipamentos); (ii) Financiamento de importações; (iii) Contratação de capital de giro; e (iv) Operações FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos com índice de nacionalização mínimo de 60%).

4. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos	378	513	410	526
Aplicações financeiras				
Santander	7.888	6.406	7.888	6.406
Banco Bradesco	1.516	150	1.516	150
Banco do Brasil			24	22
Banco Itau	97	364	97	364
Fundos de investimentos em renda fixa		1		1
	9.875	7.434	9.935	7.469

As aplicações financeiras em CDB possuem remunerações médias em torno de 100% do CDI, liquidez imediata e sem perda quando do resgate. Compreendem valores em caixa ou equivalentes, aplicados em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating, com alta liquidez, resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva.

5. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Banco Regional de Brasília	3.577	7.473	3.577	7.473
Banco do Brasil – Fundo de renda fixa	3.256	4.587	3.256	4.587
	6.833	12.060	6.833	12.060
Circulante	3.256	4.587	3.256	4.587
Não circulante	3.577	7.473	3.577	7.473

Conforme nota explicativa nº 15, em 2013 a Companhia detinha operações com o Banco Regional de Brasília (BRB) relacionadas ao financiamento de 70% do valor devido de ICMS decorrente das vendas realizadas via Brasil, ficando a Companhia responsável pelo pagamento dos 30% restantes. Como requerido no contrato firmado, como forma de garantia, foram adquiridos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de emissão do próprio Banco, no valor equivalente a 10% do montante de cada parcela liberada do crédito, que devem ser mantidos até o vencimento de cada parcela do referendo financiamento, sendo utilizado em sua totalidade para amortização da dívida. Em 2014 a Companhia aderiu ao IDEAS – Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável, conforme indicado na nota 15 as aplicações atreladas a este financiamento é de R\$437. O montante de R\$3.140 é composto por outras operações com o Banco Regional de Brasília.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Clientes nacionais	225.748	192.270	225.795	192.350
Clientes estrangeiros	57	1.095	57	1.095
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.324)	(4.961)	(2.324)	(4.961)
	223.481	188.404	223.528	188.484

A Companhia adota como procedimento, constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa de títulos junto a clientes privados acima de 180 dias e acima de 360 dias para clientes governamentais. Em 31/12/2014, estava incluído na rubrica de contas a receber de clientes o montante de R\$12.781, referente a saldos da parte relacionada F&F Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda., relativa a operações de venda de medicamentos realizadas em condições normais de mercado. **Movimentação de provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.995)
Provisão	(2.966)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(4.961)
Provisão	(1.504)
Baixa (perda efetiva)	4.141
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(2.324)

Os vencimentos das contas a receber sintética estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
A vencer	194.612	166.103	194.613	166.134
Vencidos até 30 dias	9.659	12.881	9.659	12.889
Vencidos de 31 a 60 dias	10.774	4.551	10.777	4.551
Vencidos de 61 a 120 dias	5.085	4.168	5.099	4.178
Vencidos de 121 a 180 dias	2.434	475	2.435	496
Vencidos acima de 181 dias	3.241	5.187	3.289	5.187
	225.805	193.365	225.852	193.445

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Produtos acabados	61.235	51.063	61.364	51.146
Produtos em processo	10.414	8.465	10.414	8.465
Matérias-primas	48.655	40.354	48.746	40.417
Materiais de embalagem	14.911	16.491	14.957	16.527
Outros	4.412	3.836	4.412	3.836
Material de manutenção e segurança	6.001	4.569	6.001	4.569
(-) Provisão para perdas	(12.898)	(14.524)	(12.898)	(14.524)
	132.730	110.254	132.996	110.436

O valor da baixa de estoques reconhecido como despesa no exercício foi de R\$15.030, sendo R\$3.615 como provisão para perda e R\$11.415 como perda efetiva (R\$11.562 em 2013, sendo R\$5.307 sendo provisão para perda e R\$6.255 como perda efetiva).

8. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Adiantamentos a fornecedores	5.436	1.895	5.436	1.895
Adiantamento de férias	2.019	2.340	2.019	2.340
Cauções e garantias	948	45	948	45
Outros adiantamentos	897	923	897	923
	9.300	5.203	9.300	5.203

9. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativos	11.876	11.876	11.876	11.876
Biotab Sanus Farmacêutica Ltda. (i)	1.358	1.008	1.358	1.008
Conta-corrente de acionista	3.300	919	–	–
Bthek Biotecnologia Ltda.	2	116	197	115
Outros	16.396	13.919	13.431	12.999

(i) O montante de R\$11.876 é composto por R\$2.175 referente a saldos de contas a receber e do levantamento de determinadas operações realizadas com a Biotab Sanus Farmacêutica Ltda., que resultou em crédito, no montante de R\$9.701, registrado em ativo não circulante na rubrica de "partes relacionadas".

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Passivo	12.208	12.208	12.208	12.208
Mútuo	1.467	7.457	1.467	7.457
Biotab Sanus Farmacêutica Ltda.	13.675	19.665	13.675	19.665
Robferma Participações Ltda.	–	–	–	–

As rubricas de "conta corrente de acionistas" (ativo) e "mútuo Biotab Sanus Farmacêutica Ltda." (passivo) são apresentadas por seus valores nominais, sendo que para estas operações não há previsão de atualização ou mesmo data de vencimento. A rubrica "mútuo Robferma Participações Ltda." (passivo) está apresentada em seu valor nominal acrescido de correção monetária 102% do CDI. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores, sendo a remuneração paga e/ou a pagar demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Salários e encargos	7.322	5.041	7.322	5.041
Honorários da diretoria	1.440	1.140	1.140	1.140
	8.762	6.181	8.462	6.181

10. Investimentos

10.1. Informações sobre investimentos

	Capital Social	Participação no capital social – %	Patrimônio líquido	Prejuízo
Bionovis S.A. (controlada em conjunto)	10.000	25	2.949	(4.952)
Em 31/12/2013	10.000	25	40	(2.909)
Bthek Biotecnologia Ltda. (controlada individualmente)	–	–	–	–
Em 31/12/2013(i)	50	99,9	226	(1.115)
Em 31/12/2014	4.253	99,9	(1.897)	(3.043)

(i) O montante do prejuízo apresentado se refere ao ano calendário janeiro/2013 à dezembro/2013.

10.2. Movimentação dos investimentos

	Bthek (i)	Bionovis (i)	Outros	Total
Saldo em 31/12/2012	–	1.975	–	1.975
Aporte de capital	8.500	–	–	8.500
Impairment de ativo	(2.099)	–	–	(2.099)
Ajuste de equivalência patrimonial	(621)	(1.238)	–	(1.859)
Saldo em 31/12/2013	5.780	737	–	6.517
Aporte de capital	919	–	184	1.103
Ajuste de equivalência patrimonial	(3.043)	(737)	–	(3.780)
Saldo em 31/12/2014	3.656	–	184	3.840

(i) A participação societária na Bthek Biotecnologia Ltda. foi adquirida em 28 de fevereiro de 2013, pelo montante de R\$8.500; esta empresa atua no ramo de produtos biológicos para controles de pragas. A equivalência patrimonial (R\$3.043) refere-se ao resultado do exercício de 2014. (ii) Em 02 de abril de 2012, a Companhia integralizou R\$2.500 do capital social na Bionovis S.A., primeira empresa brasileira de produtos biotecnológicos, fundada pela Companhia em conjunto com a Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. EMS Participações S.A. e Hypermarcs S.A. Os investimentos previstos nesta *joint venture* devem atingir R\$500.000 nos próximos cinco anos, e cada sócio detém 25% do capital social da empresa. Em 2014, em função do resultado negativo da Bionovis, a apropriação de equivalência patrimonial ocorreu no limite do investimento.

11. Imobilizado

Conforme divulgado em nota explicativa nº 15, a Companhia possui bens do ativo imobilizado como garantia para operações de empréstimos para capital de giro e financiamentos de bens, como máquinas, equipamentos, veículos e imóveis. O valor contábil (custo) do imobilizado mantido sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$49.529 (R\$42.009 em 2013). Terreno e edificações da indústria no Distrito Federal com valor contábil (custo) de R\$87.206 (R\$87.048 em 2013) estão sujeitos a hipoteca como garantia de um empréstimo (debêntures) da Companhia (nota 15).

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16 Obrigações trabalhistas e tributárias

O saldo de obrigações trabalhistas e tributárias é composto conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Obrigações trabalhistas:				
Provisão de férias e encargos sociais	11.650	10.299	11.650	10.299
INSS a recolher	2.492	2.095	2.492	2.104
FGTS a recolher	1.189	1.042	1.204	1.045
Provisão para comissões e prêmios	2.490	2.288	2.490	2.288
Provisão de PLR e Bônus	6.500	4.479	6.500	4.479
Outras obrigações trabalhistas	8	23	8	38
	24.329	20.226	24.344	20.253
Obrigações tributárias:				
ICMS a recolher	6.157	4.678	6.159	4.679
PIS e COFINS	2.748	2.686	2.748	2.687
ICMS Parcelamento (a)	9.235	6.921	9.235	6.921
IPI - ISS	795	234	795	234
IRRF	2.285	1.934	2.292	1.936
ICMS Pró-DF (b)	12.719	60.578	12.718	60.578
	33.939	77.031	33.947	77.035
	58.268	97.257	58.291	97.288
Circulante	39.158	32.520	39.181	32.551
Não circulante	19.110	64.737	19.110	64.737

(a) Composto por 2 parcelamentos de ICMS conforme segue:

Localidade	Parcelas restantes	Valor da parcela (R\$)		Saldo devedor
		2014	2013	
Distrito Federal (i)	24	199,98	4.800	4.800
Distrito Federal (ii)	120	36,96	4.435	4.435
		236,94	9.235	9.235

(j) Parcelamento espontâneo de ICMS, abrangendo o período de outubro de 2010 a junho de 2011, formalizado em dezembro de 2011, no valor de R\$7.989, sendo pago de sinal o valor de R\$399 e o restante parcelado em 60 meses, sendo liquidadas 36 parcelas até 31/12/2014. (ii) Parcelamento referente ao ICMS Pró-DF não deferidas pela Secretaria da Fazenda do Distrito Federal no período compreendido entre julho a novembro de 2010, no valor de R\$4.435, com pagamento de sinal no valor de R\$114 e o restante parcelado em 120 meses. (b) Parcela original do ICMS incentivado pelo Governo do Distrito Federal, a qual aguarda por deferimento junto ao órgão fiscalizador. Conforme decreto 24.430, artigo 17, em sendo o contribuinte confirmado no programa de incentivo, aplica-se o termo prolongado para cumprimento de parte da obrigação tributária equivalente ao valor financeiramente incentivado. A Companhia participou de dois leilões no ano de 2014, para os quais obteve o seguinte resultado:

Resultado dos leilões Pró-DF:	Valor
ICMS incentivado leiloado	44.930
Valor liquidado com aplicação	(5.077)
Realização do AVP	(1.036)
Receita de incentivos fiscais	38.817

17 Imposto de renda e contribuição social

17.1. Reconciliação de despesa com imposto de renda e contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				
Alíquota nominal combinada dos tributos - %	25	9	25	9
IRPJ e contribuição social	(35.671)	(12.842)	(13.888)	(5.000)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(945)	(340)	(465)	(167)
Inovação tecnológica	2.796	1.007	3.602	1.159
Doações e brindes	(778)	(280)	(589)	(212)
Ajustes de RTT	(1.073)	(386)	1.052	379
Base negativa CSLL	-	-	-	853
Outros	9.598	3.671	(1.335)	(490)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	(26.073)	(9.170)	(11.623)	(3.478)
Deduções (Pat/Rouanet/Fumcad)	1.390	-	611	-
Impostos correntes	(24.683)	(9.170)	(11.012)	(3.478)
Impostos diferidos	418	151	1.656	(107)
Despesa corrente/diferido	(24.265)	(9.019)	(9.356)	(3.585)

O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real anual. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. O ajuste denominado "Outros" utilizado para reconciliação de despesa com imposto de renda e contribuição social refere-se, basicamente, à constituição e reversão de provisões, bem como exclusão da receita de incentivos fiscais. Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos, optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014. Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013. A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, decidindo optar pela antecipação dos efeitos desta Lei para o ano calendário de 2014. 17.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos: No ano de 2014 a Companhia atualizou as diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável de imposto de renda e contribuição social. Os saldos estão assim compostos:

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
Despesas não dedutíveis temporariamente	27.172	38.526
Arrendamento	8.275	(9.310)
Depreciação - efeitos da revisão da nova vida útil	(31.921)	(24.576)
Variação cambial	4.709	1.921
A composição do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) diferido ativo e passivo é a seguinte:		
	Controladora e consolidado	
	2014	2013
Despesas não dedutíveis temporariamente	9.238	13.099
Ativo	9.238	13.099
Arrendamento mercantil	2.814	(3.165)
Depreciação - efeitos da revisão da nova vida útil	(10.853)	(8.356)
Variação cambial diferida	1.601	653
Passivo	(6.439)	(10.868)
Ativo não circulante	2.799	2.231
A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferida é a seguinte:		
Saldo em 31 de dezembro de 2013		2.230
Realização do ativo e complemento do exercício		569
Saldo em 31 de dezembro de 2014		2.799

18 Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza tributária, previdenciária, reclamações trabalhistas e processos cíveis. As provisões para demandas judiciais são determinadas com base em análise de ações em curso, autuações e avaliações de risco onde os prognósticos de perda são considerados prováveis pela Administração e pelos consultores jurídicos.

	Depósitos Judiciais		Provisão para demandas judiciais	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Contingências tributárias	4.106	4.018	4.106	4.018
Contingências trabalhistas e previdenciárias	2.624	1.566	2.624	1.566
Reclamações cíveis	1.459	767	1.462	767
	8.189	6.351	8.192	6.351
			12.022	9.567
			12.022	9.567

Saldo em 31 de dezembro de 2012

Adições	7.923
Baixa por perdas	1.208
Baixa por reversão	(266)
Atualizações	(976)
	1.678
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.567
Adições	2.214
Baixa por perdas	(186)
Baixa por reversão	(281)
Atualizações	708
	12.022

A natureza das demandas judiciais e obrigações pode ser resumida como segue: Tributárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns impostos, taxas e contribuições, como também a distintas interpretações sobre a forma de apuração ou compensação de determinados tributos. Destacam-se os processos de cobrança de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, Minas Gerais e São Paulo e a defesa aos autos de infração relativos à cobrança de IPI, PIS e COFINS sobre arrendamento mercantil para aquisição de bens. Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações relativas a resultados obtidos na utilização de medicamentos fabricados pela Companhia. Perdas possíveis, não provisionadas nas demonstrações financeiras A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos da Companhia como possíveis, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$75.705 (R\$61.009 em 2013). Outras informações: Existem ações judiciais e extrajudiciais, movidas por acionistas minoritários contra a Companhia e seu acionista majoritário, questionando, entre outras, determinadas deliberações aprovadas em Assembleias Gerais Extraordinárias (aumento de capital social), solicitando a exibição de diversos documentos, requerendo a incidência de encargos financeiros sobre os juros sobre o capital próprio a pagar, do momento da destinação até a sua distribuição. Os consultores jurídicos que estão acompanhando as referidas ações indicam como possível as chances de perda nessas questões.

19 Patrimônio líquido

19.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social integralizado era de R\$198.288, representado por 197.592.163 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	Ações	%
Robferma Administração e Participações Ltda.	97.307.551	49,246665%
Proparts Investimentos e Participações Ltda.	30.911.405	15,640444%
Prova Participações Ltda.	31.148.090	15,763829%
MJP Adm. Participações S/S Ltda.	22.487.195	11,380611%
Cleita de Castro Marques	7.868.961	3,982426%
Cleide Marques Pinto	7.868.961	3,982426%
	197.592.163	100,00%

19.2. Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzida da parcela de subvenção governamental e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

O cálculo da reserva legal está apresentado a seguir:

	2014	2013
Descrição		
Lucro líquido do exercício	109.401	42.610
(-) Reserva de subvenção	(38.817)	(1.988)
Base para reserva legal	70.584	40.622
Reserva legal (5%)	3.529	2.031

19.3. Reserva Incentivos fiscais: A Companhia goza de benefícios fiscais do ICMS, os quais foram concedidos em processo administrativo-tributário, respaldados por lei/decreto junto ao Governo do Distrito Federal (Pro-DF), mediante assinatura de "Contrato" com o Banco Regional de Brasília (BRB), o qual atua como agente "financiador". A movimentação está apresentada na publicação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. 19.4. Dividendos mínimos obrigatórios: De acordo com o estatuto social, 6% do lucro líquido ajustado como previsto na legislação societária brasileira são destinados para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O cálculo dos dividendos propostos está apresentado a seguir:

	2014	2013
Descrição		
Lucro líquido do exercício	109.401	42.610
(-) Reserva de subvenção	(38.817)	(1.988)
Base para reserva legal	70.584	40.622
Reserva legal (5%)	(3.529)	(2.031)
Base de cálculos dos dividendos	67.055	38.591
Dividendos propostos (6%)	4.024	2.315

19.5. Lucros por ação: O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O resultado básico por ação equivale ao resultado por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

20 Receita operacional líquida

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, que geralmente ocorre na sua entrega.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Vendas brutas de produtos e serviços	851.241	701.751	851.347	702.041
(-) Impostos sobre vendas/devoluções	(135.957)	(121.292)	(135.973)	(121.325)
	715.284	580.459	715.374	580.716

21 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	168.279	153.564	168.367	153.593
Comissões sobre vendas	25.027	22.553	25.027	22.553
Salários e benefícios a empregados	159.700	136.101	161.369	136.370
Encargos previdenciários	24.871	19.597	25.483	19.680
Depreciação e amortização	15.829	12.704	15.846	12.722
Despesas com transporte	24.493	16.984	24.508	16.984
Gastos com publicidade	18.076	15.599	18.077	15.614
Pesquisa e desenvolvimento	7.217	8.933	7.217	8.933
Despesas com arrendamento operacional	1.407	1.523	1.407	1.523
Serviços prestados	46.365	35.127	46.800	35.143
Despesas com veículos	6.924	8.096	6.924	8.096
Despesas com água e energia elétrica	7.120	5.968	7.182	6.009
Impostos e taxas	8.397	8.245	8.526	8.261
Aluguéis	5.460	3.073	5.483	3.073
Manutenção	13.479	7.173	13.504	7.175
Comunicações	3.627	3.402	3.638	3.402
Amostra grátis	11.354	14.432	11.354	14.432
Honorários administração	1.440	1.140	1.440	1.140
Multas	1.088	756	1.088	756
Seguros	2.145	1.829	2.145	1.829
Brindes e doações	3.576	3.484	3.576	3.484
Viagens e hospedagem	9.723	12.201	9.733	12.201
Feiras e congressos	5.710	6.919	5.710	6.919
Provisão para perdas de crédito de realização duvidosa	1.504	2.970	1.504	2.970
Provisão para impairment de ativos	8.675	2.099	8.675	2.099
Outras despesas	9.093	1.807	9.226	1.807
	590.579	506.279	593.809	506.768
Custos dos produtos vendidos	283.537	255.187	283.890	255.429
Despesas com vendas gerais e administrativas	307.042	251.092	309.919	251.339
	590.579	506.279	593.809	506.768

A Diretoria

Luiz Guimarães
Presidente

Gerente de Contabilidade: **Alessandro Manoel Patrocínio**
Contador - CRC GO 015.204/O-4

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2014

O Conselho Fiscal da União Química Farmacêutica Nacional S/A ("União Química"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da União Química, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações Patrimoniais, as respectivas Notas Explicativas, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, e a Proposta para destinação do resultado, inclusive o orçamento de capital, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, por voto da unanimidade dos seus membros, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da União Química.

São Paulo, 11 de março de 2015.

Paulo Anthero Barbosa
Luiz Augusto de Medeiros Monteiro de Barros

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da União Química Farmacêutica Nacional S.A. - Brasília-DF

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da União Química Farmacêutica Nacional S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção

relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva: Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, a Companhia possui direitos registrados junto a parte relacionada Biolab Sanus Farmacêutica Ltda., no ativo não circulante no valor de R\$11.876 mil, bem como bens, até então, de uso comum, além de obrigações não registradas e aquelas registradas no passivo não circulante com essa parte relacionada no valor de R\$12.208 mil, que atualmente estão em fase de levantamento e conciliação pela Administração da Companhia. Não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos, nas